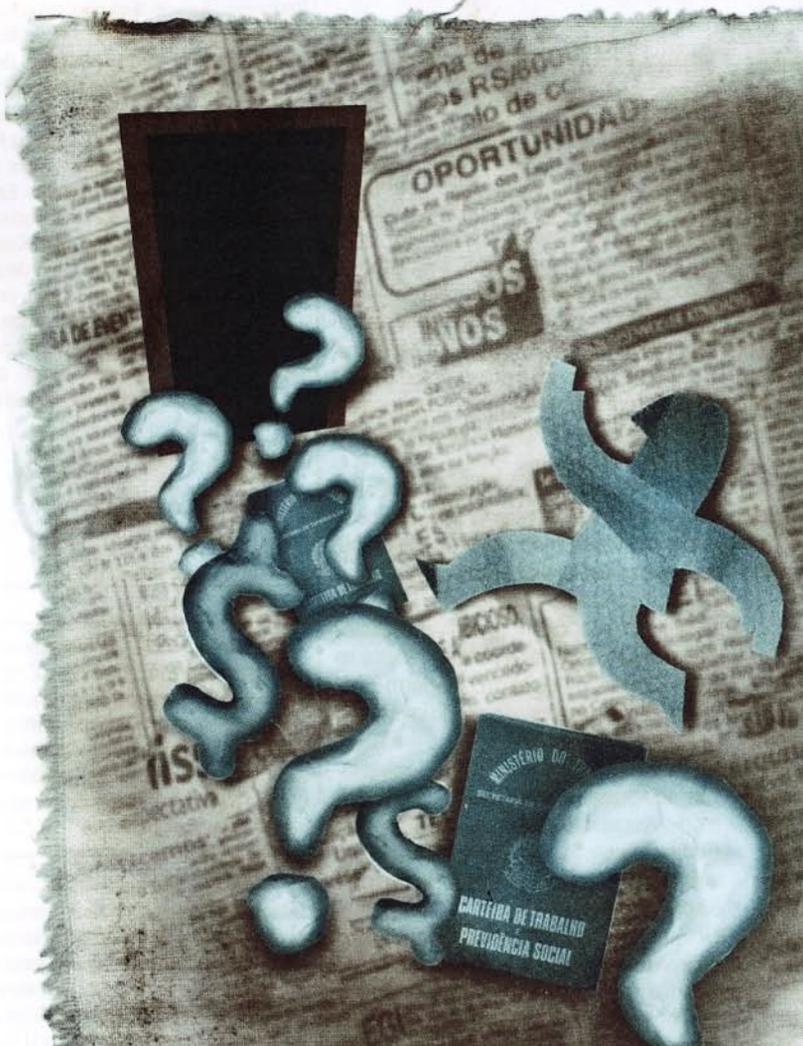




IMPRESSO



Mercado de trabalho

A realidade como busca de alternativas para o serviço social

A pesquisa coordenada por Rose Mary Serra aponta para uma mudança nas bases de atuação do assistente social, compreendida por um progressivo afastamento do estado de suas responsabilidades como promotor das políticas sociais e, de outro lado, pela perspectiva de ocupação de espaços dentro de uma nova realidade (Especial)

DESAFIO

Regina Marconi: uma carreira que espelha a evolução do Serviço Social em suas lutas pela retomada democrática e redimensionamento da profissão (pág3).

CIDADANIA

18 de maio é o momento de manifestação do Movimento da Luta Antimanicomial. Momento de apresentar os avanços e enfrentamentos dos que estão engajados nesta proposta (pág 9).

O papel que exercemos

O dia 13 de maio encerra o processo eleitoral para a nova gestão do Cress-7. Uma análise das urnas revela que o comparecimento dos assistentes sociais para escolha de seus representantes no Conselho é mais um espelho da desmobilização que toma conta do país. Investimentos para a divulgação das eleições foram realizados. Matérias no jornal da entidade, publicação de uma edição especial e promoção de debates. As próprias chapas realizaram campanhas, editando jornais e realizando encontros com a categoria. A organização do pleito buscou oferecer várias alternativas para o voto: durante três dias, as urnas estiveram disponíveis em diversos locais do Rio de Janeiro, inclusive Nova Iguaçu, Niterói, Volta Redonda, Campos e Macaé. Nesta mesma oportunidade foram realizadas as eleições para a direção do CFESS, num processo conjunto que otimizou recursos. Mas realizar uma eleição é sempre oneroso; a recompensa está na oportunidade de participação dos profissionais. Uma oportunidade e um direito, dos quais a maioria abriu mão. Assim como a entidade abdicou do voto obrigatório, por entender que cabe à categoria se manifestar espontaneamente. Cabe aqui uma reflexão sobre o papel que estamos exercendo como cidadãos e os espaços que queremos ocupar como pessoas atuantes e críticas.

Apuração de votos

CFESS:	890 votos
Cress-7: Chapa1	714 votos
Cress-7: Chapa2	359 votos
Delegacia de Campos:	147 votos

Posse da nova gestão

Dia:	14 de maio
Hora:	10h
Local:	Sede do Cress-7

ESPAÇO CRESS

Assim se passaram os anos

E aí? O que foi mesmo que se passou no Cress-7 nestes últimos três anos? Talvez pouco, comparado ao muito que ainda há por fazer. Talvez bastante, se considerarmos os recursos e número de braços para gerir a entidade. E todo mundo trabalhou muito. Divididos em comissões, buscamos inserir os assistentes sociais em nossas atividades, atuando com profissionais de base em todas as frentes. A Comissão de Capacitação está sendo construída, mas já deixou um bom histórico. Sua função é, a partir do que está sendo desenvolvido pelas outras comissões, articular os eventos a serem promovidos pelo Conselho. A realização de cursos, ou seja, o investimento no processo de formação continuada, também era articulado por este grupo, tendo como base o que era identificado como demanda junto à categoria.

Aconteceram assim diversos eventos. A Comissão da Criança e do Adolescente, por exemplo, organizou um encontro entre profissionais que atuam na área e que produzem trabalhos sobre o tema, promovendo um intercâmbio entre a prática e a teoria. A questão de gênero e família foi abordada em curso de três meses, que contou com grande receptividade da categoria.

A Lei Orgânica da Assistência Social foi tema de discussão nos diferentes municípios do estado do Rio, sob a coordenação da Comissão de Assistência. O objetivo era debater com o profissional sua intervenção em temas como criança, adolescência e saúde e, como viés político, lutar pela defesa das leis construídas para estes públicos.

Já a Comissão de Orientação e Fiscalização atuou por programas. Primeiro junto às ONGs voltadas para crianças e adolescentes, visitando estas entidades e trazendo as questões que os assistentes sociais que atuam na área apontavam como críticas. Esta etapa foi finalizada com um grande seminário, onde participaram profissionais do Brasil inteiro. O passo seguinte foi direcionado para as empresas privadas. Ao término das visitas fiscais, o material será compilado e o trabalho discutido com a categoria.

Realizamos ainda o primeiro seminário de serviço social e saúde mental - uma área extremamente carente de aglutinação - trazendo pesquisadores de diversas universi-

dades. Trabalho infantil, drogas, violência doméstica, exploração sexual de crianças e adolescentes foram outros temas de encontros. Estivemos sempre presentes nas lutas internas - terceirização da saúde, resistência à restrição do trabalho do assistente social no INSS, projeto de ensino para 1º e 2º graus - e nos movimentos sociais, ocupando os espaços construídos no processo democrático. Temos acento nos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde, Conselhos Municipal e Estadual da Criança e do Adolescente e da Assistência Social. Estivemos presentes também nos fóruns da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa.

Na área acadêmica, participamos como debatedores em todas as ocasiões em que fomos solicitados e patrocinamos, juntamente com outras instituições, uma pesquisa coordenada pela assistente social Rose Mary Serra, que vem sendo disseminada em debates e seminários. O início da pesquisa se deu na gestão anterior e a iniciativa contagiou o Brasil inteiro: hoje vários estados estão investindo neste olhar investigativo sobre a profissão. Como apoio aos profissionais que desejavam se apresentar no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em Goiânia, fizemos uma seleção prévia de trabalhos e patrocinamos o transporte para os participantes.

No que se refere à gestão financeira, nos comprometemos a não subir o teto da anuidade, que há quatro anos ele se mantém o mesmo.

Investimos ainda na comunicação com a categoria e na divulgação da imagem do assistente social junto à sociedade, sempre acreditando que a profissão merece ser promovida através de um produto de comunicação de qualidade. Assim como merece ser homenageada com estilo. As semanas do Assistente Social, foram, por isto, comemoradas com atividades de cunho político, de atualização e, como ninguém é de ferro, com um caráter cultural. Afinal, é importante conjugar política e prazer.

Entregamos assim nossa gestão aos novos companheiros, certos de que nestes três anos trabalhamos com responsabilidade e ética. Como já disseram Milton Nascimento e Fernando Brant, é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter sonho, sempre.

Dia do Assistente Social

O Cress-7 comemora o dia 13 de maio com um evento no auditório da Petrobrás (Av. Chile 65, Centro). Da programação constam as mesas-redondas "A conjuntura nacional e sua interface com as Políticas Públicas" (Milton Temer - Deputado Federal pelo PT; Haroldo de Abreu - prof. da FSS-UFF); "Seguridade social: os desafios colocados à sociedade e ao serviço social" (Maria Inês Bravo - prof. da FSS-UERJ); Marinete Cordeiro Moreira - Assis. Social do INSS; Ruth Gusmão - Conselho Estadual de Assistência Social). Será feito ainda um desagravo público, determinado pela Comissão de Prerrogativas do Cress-7, em função de denúncias de cerceamento do exercício profissional apresentadas por assistentes sociais do INES. As mesas-redondas serão seguidas de debate e haverá também sorteios. O início do evento será às 08:30 e o encerramento às 16:20.

O Conselho agradece todos os convites para participação nos eventos comemorativos do Dia do Assistente Social e congratula estas iniciativas de organização e promoção de eventos, que ocorrem no momento de uma conjuntura social tão adversa.

Homenagem

Os assistentes sociais e enfermeiros serão homenageados, no plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, com uma moção de apoio e louvor pela comemoração ao dia destes profissionais. A iniciativa é do Deputado Paulo Pinheiro (PPS), presidente da Comissão de Saúde da Alerj. A cerimônia será no dia 14 de maio, a partir das 16h.

Seleção pública

O Hospital Universitário Pedro Ernesto realizará seleção para Residência em Serviço Social. O curso tem início em agosto e custa R\$120 mensais. O salário é de R\$2.000 durante o período de residência (dois anos). Contatos com Beth da Luz, pelos telefones (021) 587-6506 / 9139-9828, de 2ª a 4ª feira, das 8h às 16h.

Mestrado

A UERJ está oferecendo o curso de mestrado em serviço social com área de concentração em política social e trabalho. O período de inscrição é de 01 de junho; o telefone para contato é (021) 587-7367 e o fax (021) 587-7632. O horário de atendimento vai de 13h às 19h.

Publicação

A revista Superando Desafios, editada pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto, está selecionando artigos para publicação no segundo semestre. Os textos devem ser enviados até junho e as instruções podem ser adquiridas no Cress-7. Contatos: Beth da Luz, Claudia Barbosa Tel: (021) 587-6506; 587-6187.

DESAFIO

Enquanto houver consciência crítica

O crescimento do serviço social, o período de silêncio, a releitura da atuação profissional. Vistos por Regina Marconi, os momentos que marcaram a trajetória de uma fase histórica da categoria.

PRAXIS: Regina, você atuou no serviço social ao longo de vários anos de sua vida e agora se dedica às artes plásticas. Como se deu esta divisão?

Regina: Artes plásticas e serviço social sempre foram duas opções para mim. Tinha interesse em trabalhar com pessoas, estas pessoas que estão no cotidiano da vida. E tinha interesse pela arte também. Não me arrependi da opção que fiz. O serviço social te joga em situações que não fazem parte do seu dia a dia e isto te dá uma amplitude de visão do mundo.

X: E como adequar esta visão do mundo à realidade do mercado de trabalho?

Regina: É importante que se tenha uma boa formação teórica e um exercício de reflexão sobre as possibilidades de transformação. Porque existe uma dinâmica social e temos que atuar junto com ela, sabendo que somos apenas um dos seus elementos. Que somos um agente, alguém que pensa e se propõe a intervir. Minha experiência é quase toda em trabalhos com comunidades e vi que somos pessoas com limitações históricas, contando com as possibilidades dos que trabalham conosco, tanto usuários como parceiros.

X: Você falou em formação teórica. Como situa a formação que recebeu na faculdade e sua atuação em campo?

Regina: Sou anterior à reformulação curricular e fiz parte de um grupo que criou condições políticas e institucionais para que houvesse essa mudança. Minha formação teórica era muito precária. O que ganhei de bagagem nesse campo veio através da política. Participação e estudos foi o que me abriu acesso ao movimento do serviço social latino-americano, que entrou no Brasil de forma clandestina ou que agia de forma não declarada. Argentina, Chile e Uruguai, em 65, já discutiam um novo conceito de atuação do serviço social. Entrei na universidade em 67 e o estudo formal nos negava esta discussão. Era uma época em que se tinha muito medo de falar.

X: Como se deu este choque do silêncio com o exercício da profissão?

Regina: Bem, meu engajamento foi se dando nos anos 70, quando passo a participar da vertente sindical. O sufocamento da oposição e da esquerda era uma tentativa de se levar a um silêncio total. Uma época da qual é difícil falar, porque é até difícil rever a experiência desse período em toda sua extensão e complexidade. Havia toda uma categoria formada ao longo dos anos 60 e calada na década posterior. E este grupo começa a chegar no mercado, a passar nos concursos, a ocupar os postos de trabalho. Porque também é uma época em que o espaço para o assistente social se abre muito. O INPS por exemplo tinha um contingente enorme de pessoal, que começava a implantar programas como o da terceira idade, que hoje está consolidado. Na previdência, aposentadoria, assistência ao trabalhador também surgiam novas coisas. Pois bem, atuei neste órgão durante algum tempo na área de habitação e com idosos. Destes acompanhei a capacidade de organização, seja para recriar novas formas de lazer, seja para reivindicar direitos de cidadania. Tínhamos então que saber lidar com esta pressão: o limite para a liberdade de expressão e a potencialidade dos grupos para se manifestar.

X: Como se deu sua atuação nas entidades da categoria?

Regina: Em 75 apoiei a chapa de oposição que disputava a direção do Conselho Regional do Rio de Janeiro. Houve fraude nas eleições e o Cress foi por um tempo gerido por um grupo de intervenção. Já como componente da chapa, participei das próximas eleições e, apesar de não termos vencido, recebemos o apoio de um terço da categoria. No ano seguinte - 79 - concorremos à gestão do sindicato. A presidente da época consegue adiar as eleições por um ano e meio. O sindicato era inócuo, tanto que foi um dos que não fecharam na época da ditadura. Paralelamente, nosso grupo já havia se tornado uma referência na categoria. Os congressos apontavam para outros caminhos. Os sindicatos de São Paulo, Minas, Bahia e Rio Grande do Sul começam a se articular com o apoio do Celats,

um centro acadêmico latino americano de trabalho social. Daí surgiram encontros e foi em meio a eles que nasceu uma oposição formal e reconhecida à linha sindical de perfil entreguista. Este grupo se manifesta no congresso nacional da categoria e se torna um divisor de águas. Daí em diante nosso movimento em nível de entidades, Ceneas (1) e Anas (2) tomariam outro rumo. Apoiando a reformulação curricular, participando da formação da CUT, levando discussões ao meio acadêmico. Foi um momento muito rico, que mobilizou os assistentes sociais em todo o país. O livro de Maria Beatriz C. Abramides e Maria do Socorro Reis Cabral - O novo sindicalismo e o serviço social - fala com muita propriedade sobre este período.

X: Agora, já olhando um pouco para trás, como vê a profissão?

Regina: O movimento não conseguiu colocar par e passo a ação profissional e o nível de análise que estabelecemos. Talvez porque seja prematuro conseguir. Nos resolvemos politicamente, em relação à nossa organização e democratização enquanto categoria. Em vinte anos mudamos a face teórica da profissão. Temos produções científicas da melhor qualidade. Mas, lamentavelmente, não tivemos talvez tempo histórico para concretizar de maneira definitiva o projeto profissional delineado a partir de 79. Até porque é muito difícil mesmo. Atuamos com políticas sociais, que dependem de recursos, de legislações. Atuamos com problemas sociais muito sérios, junto a uma população que descredita nas instituições. Ainda teremos que formar novos grupos de assistentes sociais, que critiquem mais, que contribuam com suas teses e estudos, que tenham perspectiva de transformação.

1 - CENEAS - COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS DE ASSISTENTES SOCIAIS.

2 - ANAS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS.



**LEI PARA
TODOS**

Veto adia serviço social escolar no Rio

Governador rejeita lei de autoria da atual secretária estadual da Criança e Adolescente, mas expectativa é que novo projeto seja apresentado

A criação do Serviço Social Escolar em unidades públicas de ensino de 1º e 2º graus do Rio de Janeiro, apesar de aprovada na Assembleia Legislativa, ainda não virou uma realidade. Proposta pela deputada estadual Miriam Reid (PDT) e votada pela Assembleia em novembro, a lei foi vetada integralmente em 12 de janeiro pelo governador do Rio, Anthony Garotinho, também do PDT. Após a divergência entre membros do mesmo partido, a expectativa de Miriam Reid, nomeada por Garotinho para a Secretaria Estadual da Criança e do Adolescente, é que haja um acordo e que um substitutivo seja apresentado à Assembleia Legislativa. O texto ainda não foi fechado.

Ainda como parlamentar, Miriam Reid elaborou projeto de lei que autorizava o Estado do Rio a criar um serviço de atendimento social nas escolas públicas estaduais. Pelo projeto original, o Serviço Social procuraria adotar ações para "prevenir a evasão escolar, melhorar o desempenho do aluno e sua formação para a cidadania".

Outra responsabilidade dos profissionais seria procurar integrar a escola com a comunidade local, "buscando consolidá-la como instrumento democrático de formação e de informação", além de desenvolver medidas voltadas para o melhor funcionamento de classes especiais. Os assistentes sociais atuariam ainda junto aos familiares dos alunos, procurando convencê-los a manter os filhos na escola, "um espaço de ampliação e de construção de conhecimento e de reflexão crítica", segundo a deputada.

Na justificativa do projeto de lei, a atual secretária estadual da Criança e do Adolescente afirma que experiências de Serviço Social adotadas em Ribeirão Preto (São Paulo) e Nova Iorque (Estados Unidos) têm obtido resultados satisfatórios. Miriam Reid cita exemplos de ações bem sucedidas da atuação de assistentes sociais em escolas de Ribeirão Preto. Como o caso de um estudante de nove anos, considerado como "agressivo" por um dos professores. O Serviço Social

Escolar acabou descobrindo que a criança tinha problemas auditivos e precisava se submeter a uma cirurgia.

Casos relacionados à sexualidade também foram avaliados pelos técnicos do serviço implantado na cidade do interior paulista. Como de uma aluna que era vista pelos colegas como homossexual. Em contato com os familiares, uma assistente social verificou que, pelo fato de ter vários filhos homens e da família ser muito pobre, a mãe somente vestia a filha com roupas de menino.

Em um episódio semelhante, o Serviço Social Escolar descobriu uma jovem hermafrodita que até então não passara por qualquer avaliação médica.

Na opinião de Miriam Reid, a criação do atendimento social especializado nas escolas de 1º e 2º graus pode ajudar a resolver diversos problemas que afetam jovens em idade escolar, como o envolvimento com drogas, aumento dos casos de abuso sexual, de gravidez precoce e da evasão escolar.

Pelos dados da secretária estadual da Criança e do Adolescente, pelo menos 10% dos adolescentes entre 16 e 18 anos são viciados em drogas, 25% dos alunos deixam a escola durante o ano letivo e mais de 11 mil meninas com menos de 15 anos tiveram filhos no Brasil em 1997. Outras 400 mil com idades entre 15 e 19 anos também deram a luz e grande parte deixou a escola para se dedicar à criação do bebê.

O VETO AO PROJETO

A lei aprovada na Assembleia Legislativa foi vetada pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, 12 dias após a posse no cargo. Na justificativa enviada à Assembleia, o governador afirma que a proposta feria dois dispositivos da Constituição Estadual e um da Federal.

Segundo o texto assinado por Garotinho, o projeto tratava da "criação, estruturação e (de) atribuições dos órgãos e secretarias de

Estado", medidas que, conforme a Constituição do Rio de Janeiro, seriam do Poder Executivo e não do Legislativo.

Outra ilegalidade do projeto, na opinião da assessoria jurídica do governador, seria o fato de propor ações consideradas "ato administrativo típico", medida que seria uma prerrogativa do Governo do Estado e não da Assembleia Legislativa.

A Constituição da República teria sido contrariada, segundo a mensagem do governador, pelo fato dos deputados estaduais terem criado uma nova fonte de despesas para o governo do Rio sem "a indicação da correspondente dotação orçamentária ou da fonte de custeio" para a aquisição de recursos materiais e contratação de profissionais qualificados.

Os dados que constam no projeto de lei que cria o Serviço Social no Estado do Rio de Janeiro

- Pelo menos 10% dos jovens entre 16 e 18 anos (idade escolar de 2º grau) estão viciados em drogas.
- O número de crianças e jovens que fumam crack aumenta na mesma proporção em que diminuiu a faixa etária dos viciados.
- 25% dos estudantes abandonam a escola durante o ano letivo.
- Mais de 11 mil meninas com menos de 15 anos tornaram-se mães no Brasil em 1997.
- 400 mil jovens entre 15 e 19 anos deram a luz no mesmo período.
- A maioria abandona a escola após o nascimento do filho porque precisa priorizar o sustento da criança.
- Os casos de abusos sexual vêm crescendo ao longo dos anos.

ESPECIAL

PESQUISA

Um caminho complexo e surpreendente

Em 93, quando publicou o artigo "A crise da materialidade do serviço social", Rose Serra já identificava as repercussões das políticas neoliberais no interior da profissão. "Neste artigo eu já falava sobre a necessidade de conhecer melhor a realidade do mercado de trabalho, as mudanças que estavam ocorrendo e sua repercussão em nossa prática". Rose não tinha dúvidas de que para isso era importante realizar uma pesquisa empírica, que poderia ser viabilizada com a parceria entre entidades e academia. A Abess-Leste e o Cress-7 tomaram a iniciativa e os estudos começaram a ser desenvolvidos. Apesar do envolvimento em um outro projeto de tese e da bolsa de estudos que a levaria à Itália, Rose decidiu-se por ficar no Brasil, coordenando a pesquisa. Em 94 mudou o tema de sua tese de doutorado, que viria a ser mais tarde *Serviço Social/anos 90: a crise da materialidade e repercussões no mercado de trabalho profissional*, defendida em 98. "Utilizo dados do terceiro módulo da pesquisa para comprovar minha tese. A pesquisa das entidades é muito mais abrangente, tanto que exigiu vários módulos, podendo gerar várias teses". Cress-7, Abess-Leste (RJ, MG, ES), Enesso e grande parte das entidades de ensino de serviço social do Rio de Janeiro participaram do projeto, que resultou em três módulos dos quatro que haviam sido propostos. Montar equipe, buscar financiamento, definir metodologias de pesquisa, ampliar a discussão através de seminários internos e externos. Estes foram os primeiros e exaustivos esforços. Em seguida, foi preciso construir o universo de onde sairiam as amostras para analisar a realidade dos assistentes sociais. "O cadastro do Conselho não atendia às necessidades do projeto. Para que tivéssemos informações mais abrangentes e precisas, foram coletados dados junto aos profissionais cadastrados no Cress-7, atividade que contou com a colaboração desta entidade. Trabalhamos estes dados e geramos o primeiro módulo que foi a atualização do cadastro do Conselho Regional".

A pesquisa foi feita junto aos empregadores, distribuídos por setores, municípios e localidades.

O segundo módulo foi uma pesquisa qualitativa com 41 assistentes sociais, considerados de referência na categoria. Estavam ali representados os setores acadêmico, de organização política e da prática profissional. A pesquisa foi realizada pelo Dieese do Rio, com a participação da equipe do projeto. O relatório final deste módulo - *Serviço social: trajetórias e perspectivas* - encontra-se no Cress-7 e na Faculdade de Serviço Social da UERJ.

O terceiro módulo, realizado entre julho de 96 e março de 98, teve como objeto as condições de trabalho, e o quarto seria voltado para o perfil do assistente social no Rio de Janeiro. "Creio que não conseguiremos elaborar este último módulo, porque a mostra seria em torno de 500 profissionais e com a atual crise de recursos acredito que não será viável".

A captação de recursos teve um resultado inesperado: "Solicitamos 29 bolsas ao CNPq e surpreendentemente conseguimos todas". Para preenchê-las foi realizada uma seleção, que abrangeu profissionais e alunos de todas as universidades do Rio, vindos das áreas de serviço social, estatística, ciências sociais, comunicação e informática. "Somando todos os envolvidos na realização do terceiro módulo, calculo que tivemos uns 50 participantes. Foi um momento muito rico, de convivência, estudos e discussões". O grupo se modificou ao longo da pesquisa, assim como as universidades envolvidas, ficando ao final apenas a UERJ e UFRJ. Mas algumas dificuldades se fizeram constantes: "Não tínhamos sede fixa para nossas reuniões e nos revezávamos no uso de salas e computadores de entidades e universidades". Além da equipe técnica, composta pelos bolsistas e professores, havia um grupo que gerenciava os assuntos político-administrativos, formado pelos representantes das instituições promotoras. Era onde se davam as decisões relacionadas à realização de eventos, captação e utilização de recursos e estratégias para democratização de resultados.

O universo utilizado para a definição da amostra constou de 1119 instituições empregadoras - definidas no primeiro módulo da pesquisa (cadastro do Cress-7) - em 52 municípios do estado, sendo 681 do setor público e 438 do setor privado. A amostra abrangeu 14 municípios, cobrindo todas as regiões do estado. "A pesquisa foi feita junto aos empregadores, distribuídos por setores, municípios e localidades (bairros), de acordo com modelo de amostragem estratificada, cuja variável era a concentração de assistente sociais". Construiu-se, então, uma amostra de 136 empregadores, divididos pelos setores público - órgãos públicos e empresas estatais (89 unidades de trabalho) - e privado - empresas e entidades sem fins lucrativos (47 unidades). Estas últimas, compreendidas como entidades filantrópicas, Ong's, entidades desportivas, universidades privadas, entidades patronais (sistema S - Sesc, Senac, Sesi, Senai), religiosas, dentre outras.

O questionário aplicado aos empregadores teve como recorte seis itens de análise: contextualização e caracterização dos empregadores de serviço social nas instituições; condições de inserção do serviço social no mercado de trabalho; valorização do mercado (salário); condições de trabalho; valorização institucional e demandas da profissão. O relatório final da pesquisa, apresentado em 1997, pinça cada um destes itens e os analisa por grupo de empregadores.

O terceiro módulo da pesquisa foi publicado em livro pela FSS/UERJ, com o título *O Serviço Social e seus empregadores - o mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativos no Estado do Rio de Janeiro*, e lançado no IX CBAS, em Goiânia, e pelo Cress-7, no Rio em outubro de 98. Seus resultados principais foram socializados através de seminário conjunto do Cress-7 e FSS/UERJ, em novembro de 98. Os exemplares estão à venda na sede do Cress-7, nas unidades de ensino da UERJ, UFRJ, UFF e PUC/RJ e livraria da UERJ.

ESPECIAL

?

Mercado de

A realidade como base para a

É preciso conhecer o chão onde se pisa. Este velho ditado pode servir como licença poética para um olhar sobre a profissão. O ângulo fica a critério de cada um. Para a professora Rose Mary Serra este chão está estremecido por uma crise: a crise da materialidade do serviço social. As fissuras são resultado do progressivo afastamento do estado de suas responsabilidades como promotor das políticas sociais, base histórica de maior atuação do serviço social. No Rio de Janeiro, 77% dos profissionais estavam no setor estatal em 94/95. Que fazer frente a esta perspectiva?

Um conceito. Um artigo. Resultado de sua experiência de trabalho e militância, "A crise da materialidade no serviço social" foi apresentado por Rose Serra em 93. O chão estava trincado. O modelo neoliberal trazido ao Brasil na era Collor e conduzido pelo governo Fernando Henrique imprime um ritmo rápido à redução das políticas sociais. Fragilizar as entidades e instituições que sempre constituíram pólos aglutinadores da atuação dos assistentes sociais é mexer em um terreno onde atuam grande parte dos profissionais da categoria. "A reforma do estado que presenciamos vai excluir setores como saúde, educação e cultura das mãos do governo, passando-os gradualmente para a iniciativa privada ou tornando-os organizações sociais, com autonomia administrativa e compromisso de buscar recursos para seu financiamento. E na área de saúde está nossa maior concentração".

Para Rose, materialidade significa a base concreta do serviço social no Estado. As políticas sociais, objeto de sua ação, constituíram historicamente a matéria prima, o chão da profissão. O esvaziamento dessas políticas pelos governos neoliberais representa uma crise no interior da profissão, uma redução significativa de sua institucionalidade estatal, de um espaço de mercado que é o maior e mais abrangente empregador da profissão. Rose Serra propunha a partir desta compreensão a aproximação de setores e profissionais com o objetivo de promover estudos sobre o mercado de trabalho do assistente social. A proposta gerou frutos, com a iniciativa do Cress-7, Abess-Leste e Enesso de patrocinar uma pesquisa sobre o tema.

Dados desta pesquisa apontavam que 77% dos assistentes sociais estavam no

setor estatal no Rio de Janeiro, entre 94 e 95. Pesquisas semelhantes realizadas em Pernambuco, São Paulo e Espírito Santo mostravam índices que variavam de 75 a 80%. Portanto, um possível mapa da realidade brasileira. Quanto deste percentual de profissionais seria excluído do campo de trabalho até então gerado pelas políticas do setor público? "A flexibilização nos vínculos empregatícios com contratos parciais e temporários, a rotatividade no emprego, a redução ou permanência do mesmo número de profissionais, a predominância de baixos salários, a existência da terceirização dos serviços sociais, a criação de dois tipos de profissionais - estáveis e precários. Todos esses elementos estão presentes nos três segmentos de empregadores". Verifica-se ainda na pesquisa que nos três grupos de empregadores houve aumento de so-

A reforma do estado que presenciamos vai excluir setores como saúde, educação e cultura das mãos do governo.

licitações do Serviço Social sem, contudo, ocorrer a correspondência no aumento de recursos e número de profissionais. Este fato tem dupla leitura, segundo Rose: "De um lado aponta o aumento de demandas sociais em razão do agravamento da questão social; de outro, significa que há requisições para nosso trabalho. O que não existe é a vontade dos governantes de enfrentar a questão social com políticas sociais adequadas e, conseqüentemente, a não valorização dos profissionais da área social, como nós". Em síntese, a crise da materialidade do serviço social no Estado e estas alterações no mundo do trabalho atravessam a profissão, alterando sua morfologia e estratificação social, seu mercado de trabalho. "O resultado desse processo aponta para um redimensionamento da profissão. Ressalte-se que estas mudanças atingem várias profissões, mas no serviço social suas repercussões são maiores por-

e Trabalho



a busca de alternativas para o Serviço Social

que é institucionalizada em sua quase totalidade. Portanto, com uma ínfima atuação autônoma em escritório, consultório, associações etc., cuja presença na pesquisa não chegou a 0,2%, o que estatisticamente é igual a zero”.

E para onde se movimentariam os assistentes sociais? A perspectiva de absorção pelas entidades sem fins lucrativos não teve correspondente favorável, segundo a pesquisa. O percentual de 12% deste segmento de mercado (dados colhidos pela pesquisa em 94/95) e a rotatividade e precariedade dos vínculos empregatícios detectados não promovem este segmento como um grande potencial de trabalho. “O papel das Ongs, por exemplo, é complementar e não substituir o Estado. Absorver as demandas sociais não é sua função e nem estão estruturadas para isto. A maioria é subsidiada ou mantida por recursos externos, que cobrem apenas a duração de um projeto. Até se conseguir outro financiamento, o projeto é interrompido e seus resultados ficam comprometidos. Além disso, o percentual de Ongs é de apenas 2,4% nesta fatia de 12% do mercado. O grosso fica com as entidades filantrópicas (73%)”.

Rose acredita, entretanto, que é importante conhecer mais de perto este terceiro setor, seu funcionamento e financiamento. “Temos na verdade de conhecer os três setores – público, privado e terceiro setor – e identificar suas demandas. Isto no que se refere aos empregadores. Precisamos ainda estreitar nossos laços com o outro pólo – a população alvo de nossas ações profissionais, captando suas necessidades. A partir desta dupla apreensão, pode-se encontrar estratégias, meios e condições para construir objetos de ação, propor políticas, montar cursos de capacitação, inserir-se nos conselhos de políticas setoriais, articular-se com movimentos sociais e sindicatos para resistir à desconstrução das políticas so-

ciais, exigindo, dentre outros, mecanismos de controle público dos gastos sociais estatais”.

Os resultados da pesquisa e outros trabalhos de tese mostram ainda que o referencial das empresas está mudando. Não se trata mais de prestar unicamente os serviços sociais da década de 80, que demandavam uma atuação específica do assistente social. “A demanda agora se volta mais para o setor de gerência, assessoria aos setores de recursos humanos e política de capacitação interna para atender às exigências de reestruturação produtiva”, comenta Rose. “Hoje temos inclusive o que estou chamando de demandas de perfis. Ou seja, a oferta de trabalho na área social não é dirigida unicamente a uma profissão, mas a um conjunto de habilitações que o indivíduo deve ter. Não há mais reserva rígida de mercado – o social não é especificidade de nenhuma área. A particularidade de ação sim. Daí haverá uma disputa na ação social, exigindo uma urgente qualificação de nossa categoria para atuar em todos os segmentos de mercado”.

Rose identifica neste universo áreas que devem ser mapeadas pelo assistente social. “A violência urbana, por exemplo, cria a necessidade de programas de segurança pública. O envelhecimento da população brasileira levanta a indagação quanto às políticas de atendimento aos idosos que teremos a oferecer. Temos a violência doméstica, a violência sexual contra a criança, a degradação ambiental e a proteção social aos desempregados ou precarizados no trabalho. Temas contemporâneos que requerem uma atenção específica”. O investimento nestas novas esferas pode gerar inclusive alternativas de intervenção e de atuação com perfil de ação profissional liberal, “portanto, para além do Estado e

abrangendo segmentos da classe média como público alvo de nossa atuação”.

Rose aponta ainda a importância da ênfase nos estudos destes fenômenos pelas universidades e entidades da categoria, bem como a necessidade do diálogo com os dados das pesquisas para que estas análises retornem sob a forma de contribuições. “A pesquisa tem como função conhecer a realidade e orientar a ação profissional. É fundamental por isso a realização de fóruns para a discussão dos dados gerados, de forma a promover um olhar sobre cada tema investigado e apresentar propostas de solução”. A realidade atual é bastante adversa ao projeto ético-político da categoria construído nos últimos 21 anos, pondera Rose. Os desafios são imensos, daí a urgente necessidade de um trabalho articulado das entidades, academia e movimento estudantil para

o enfrentamento dessas mudanças e construção de alternativas. “As entidades do Rio cumpriram um papel importante. O Cress-7 em especial, nas últimas duas gestões – sob a liderança de Hilda Correa de Oliveira (93/96) e Miriam de Souza Silva (96/99) – foi o

primeiro a promover e financiar um pesquisa empírica para conhecimento da realidade profissional. Aos companheiros destas gestões fica o reconhecimento da categoria por sua lucidez política e compromisso com a profissão”. Rose sinaliza ainda a contribuição administrativo-operacional dos funcionários do Cress-7 em todo o processo da pesquisa, a imprescindível participação dos pesquisadores bolsistas, “sem os quais não teria sido viável o terceiro módulo”, ressaltando o trabalho da socióloga Katia Puente Muniz, “minha assessora especial até o final”, e da assistente social Sheyla Paiter Freire, “que participaram da elaboração do relatório final desse módulo”.

**É importante
conhecer mais de
perto o terceiro
setor, seu
funcionamento e
financiamento.**

ESPECIAL

PERFIL

Um histórico de engajamento

Academia, organização política e prática profissional. Um tripé importante para Rose Mary Serra. Sua entrada na universidade se deu em 68, auge da resistência à ditadura. Logo no primeiro ano se engaja no movimento estudantil e no segundo era presidente do diretório, tendo posteriormente se vinculado à União Estadual Estudantil (UEE). As andanças foram muitas, e as experiências também. A graduação se deu em Ribeirão Preto (SP), em 71. Em Londrina (PR), trabalhou como assistente social na formação de um distrito industrial, formado por empresas pequenas e médias. "Foi uma experiência muito interessante, fiz inclusive uma pesquisa do perfil dos operários. Até os empresários, que eram pequenos e médios, estavam organizando sua associação, assim como os empregados". Ainda em Londrina atuou na área de habitação e política de prevenção à marginalização de menores na Prefeitura - "meu trabalho junto aos menores, desmilitarizando as práticas a que estavam submetidos, culminou com minha demissão". Foi lá também que foi admitida no INPS (atual INSS). "Nesta época tínhamos todas as condições de trabalho, programas atuantes, boa remuneração". Participou do movimento feminino nacional pela anistia aos presos e exilados políticos. Este mesmo grupo foi também responsável por um movimento feminista em Londrina, que criou o primeiro jornal com esta bandeira no Brasil". Na área acadêmica, foi professora na Universidade Estadual de Londrina, Universidade Gama Filho, universidades federais Fluminense e do Espírito Santo. Defendeu tese de mestrado pela PUC do Rio e de doutorado pela PUC de São Paulo. Hoje é professora adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. "A combinação dos 13 anos de prática em campo com a atuação acadêmica foi muito importante, uma experiência que só me ajudou a ser uma professora mais ligada às questões do assistente social. Tenho o entendimento da importância da formação teórica vinculada permanentemente à prática profissional".

O engajamento político foi sempre uma tônica. No Paraná foi vice-presidente, entre 75 e 77, da Associação Profissional de Assistentes Sociais (antes dos sindicatos eram essas associações que existiam). Em 78, vinculou-se no Rio ao movimento de organização política dos assistentes sociais em nível regional e nacional, que representava uma resistência à ditadura no interior do serviço social. Democratizar as entidades era o objetivo

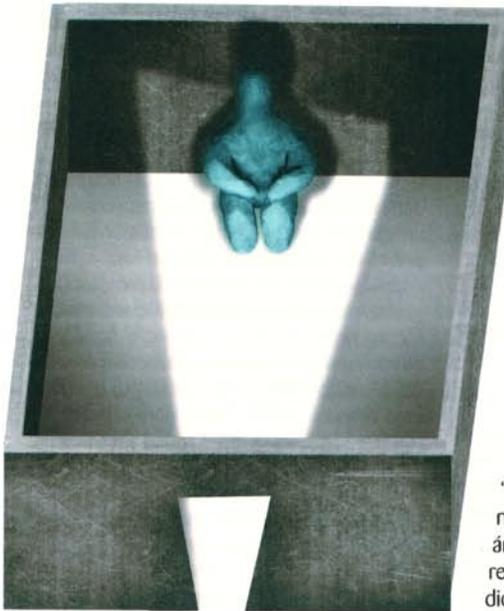
mais importante e a atuação de Rose nesse sentido teve continuidade no movimento de docentes. Neste último, participou do projeto de democratização da ex-Abess e da reestruturação dos currículos, que gerou mudanças para os cursos de serviço social. Todo este histórico influenciou e contribuiu para a elaboração de sua tese de mestrado em 1982: *A prática institucionalizada do serviço social articulada aos movimentos populares*. "Nosso princípio era a articulação da prática profissional com esses movimentos, objetivando ampliar os direitos sociais".

Na década de 80, foi dirigente do Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro e participou da primeira diretoria da Associação Nacional dos Assistentes Sociais - Anas, entidade sindical nacional criada em 1983 e principal referência de luta política da categoria. Em âmbito mais geral, participou da fundação da CUT e militou no PT desde sua criação. Militou ainda no movimento docente geral na UFES, UFF e, especialmente, na UERJ, onde em 1991 teve liderança ativa na Estatuinte, sendo também candidata à sub-reitoria de graduação na chapa colegiada do movimento dos três segmentos da universidade.

Rose Serra aliou a experiência da prática com a atuação acadêmica.



CIDADANIA



A luta antimanicomial

Movimento defende medidas que permitam tratamento mais eficiente e reinserção na sociedade dos usuários de serviços mentais

Próximo da virada do milênio, o Brasil ainda tenta alterar um quadro secular existente no país: as internações prolongadas e, muitas vezes, vitalícias de pessoas consideradas portadoras de problemas mentais. Periodicamente, imagens de pessoas abandonadas e vivendo em condições precárias em unidades manicomiais são reveladas pela imprensa. Imagens muito semelhantes às registradas no início do século.

Para tentar mudar a situação e reforçar as chances de recuperação de quem poderia retomar uma vida quase ou totalmente normal e que acaba tendo o quadro agravado devido ao tratamento inadequado, entidades de profissionais do setores que atuam na área de saúde mental, familiares de usuários dos serviços e ex-internos uniram forças no Movimento de Luta Antimanicomial. O marco dessa luta é o dia 18 de maio, quando são organizados eventos que buscam conscientizar a população sobre a necessidade da adoção de uma reforma psiquiátrica no país.

Na opinião da assistente social Teresa Joana Azevedo, militante do Movimento, a mobilização é fundamental para que a sociedade encare a loucura de outra forma, evitando o isolamento do paciente e ampliando seu direito à cidadania. "Muita gente ainda acredita que o melhor é internar", comenta. Teresa Joana ressalta que com a extinção dos manicômios, os pacientes não ficarão sem atendimento, como temem determinados grupos de familiares. O Movimento defende a ampliação dos chamados "serviços substitutivos", como Núcleos e Centros de Atendimento Psicossocial (Naps e Caps), Hospitais-dia e Lares Abridados. No estado do Rio de Janeiro já existem cerca de 30 unidades do tipo.

"O atendimento deve permitir a manutenção de vínculos pessoais do usuário. Deve ser algo mais baseado na relação com o paciente do que na medicação", diz Teresa. Nos Caps e Hospitais-dia, que abrem pela manhã e fecham no final da tarde, os pacientes têm acesso a tratamento com profissionais de saúde e participam de atividades que procuram auxiliar a recuperação. Já nos Naps, que funcionam 24 horas, os pacientes podem se internar em casos de crise por um certo período, voltando ao convívio familiar em seguida.

Para a também assistente social Mônica Santos, a luta antimanicomial "tem como desafio trazer para a sociedade um tema - a loucura - que é um produto da própria sociedade". Mônica é coordenadora de oficinas do Hospital-dia Ricardo Montalban, localizado no Hospital Universitário Pedro Ernesto, em Vila Isabel (zona norte do Rio).

Segundo ela, as unidades "substitutivas" devem procurar desenvolver ações que valorizem a experiência de vida do usuário, o que não ocorria no sistema tradicional. "Ele passa a ter a oportunidade de falar de suas experiências. Dessa forma, se torna também responsável pelo tratamento".

Um total de 30 usuários de serviço de saúde mental estão inscritos no Hospital-dia Ricardo Montalban, freqüentando oficinas (literatura, pintura, teatro, educação física, entre outras) e tendo contato com uma equipe multidisciplinar, formada por psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e estagiários.

Cada usuário assume o compromisso de comparecer à unidade em determinados dias e escolhe as atividades que deseja realizar. Inaugurado em 1993, a Hospital-dia foi ampliado recentemente e o objetivo dos coordenadores é que o número de beneficiados possa chegar a 60 até o final do ano.

Outro tipo de instituição defendida pelos integrantes do Movimento de Luta Antimanicomial

são os Lares Abridados, voltados para pacientes sem local para morar ou que não têm condições de viver sozinhos devido ao grau de comprometimento da razão. Um exemplo de Lar Abridado existe dentro da Colônia Juliano Moreira, que deixou de receber internos de longa duração na década de 80, segundo Teresa Joana. "Anteriormente, muitas pessoas ficavam em grandes enfermarias. Hoje, vivem em quartos duplos ou triplos, com portas. Algumas têm a chave de seus quartos. Mantêm uma certa privacidade, autonomia, o que não havia antes", afirma.

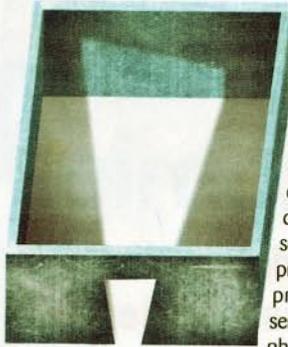
Na opinião da assistente social, a grande maioria dos funcionários dos serviços de saúde mental defende a reforma psiquiátrica, conscientes que a linha de ação tradicional não alcançou os resultados esperados.

"Muitos pacientes ficaram 40, 45 anos internados. Não possuem mais qualquer vínculo com a família. Não se pode abrir a porta da instituição em que ele viveu grande parte da vida e colocá-lo para fora. Essas pessoas perderam o eixo. Têm enormes dificuldades de conviver em sociedade. Não por serem "perigosas" e sim porque perderam as referências. Não sabem nem andar pela cidade".

A ação das entidades que compõem o Movimento de Luta Antimanicomial não se restringe à defesa do fim das internações prolongadas em manicômios, mas também que os usuários de serviços de saúde mental tenham os direitos respeitados. Para Teresa Joana, o sistema judiciário favorece a interdição de pessoa "considerada como louca", que deixa de ter, por exemplo, poder de decisão sobre bens.

"No caso de interdição, aquela pessoa perde totalmente direitos de cidadania. Em muitos casos, pode até ser necessária a restrição sobre compra e venda de bens, mas não deve perder, por exemplo, o direito ao voto. Não deve perder seu caráter dentro da sociedade, sua personalidade jurídica, sua capacidade de decidir", afirma.

CIDADANIA



A partir da nova realidade do sistema de tratamento de problemas mentais - com a criação de unidades abertas sem internações prolongadas - o profissional do serviço social ganha novos desafios,

na opinião de Mônica Santos.

Com a possibilidade de viver em sociedade e não mais isolado em manicômios, os usuários de serviços de saúde mental passam a sofrer com problemas comuns da sociedade, como falta de emprego, de renda, moradia e pouco acesso ao lazer.

"Dificuldade de conseguir e se manter no emprego e de alugar um imóvel podem gerar frustrações na pessoa. A atuação do assistente social é importante nesse momento. Sem a internação longa, a pessoa começa a tentar organizar a sua vida, ter novos projetos. São novas demandas que surgem para nós como profissionais".

Segundo Mônica, o trabalho com os familiares, que sempre existiu, também toma maior abrangência, como mostrar que uma possível interdição judicial do paciente é reversível, ajudar a constituir um novo curador e tentar ampliar o leque de amizades daquela pessoa, permitindo que ela tenha apoio no futuro.

"Muitos parentes questionam o que será daquela pessoa com problemas quando ele vier a falecer. O assistente social pode ajudar a tentar aumentar os laços sociais, a rede de apoio", afirma.

Teresa Joana Azevedo afirma que o assistente social poderá desempenhar papel importante para ajudar a consolidar o novo modelo de atendimento psiquiátrico.

DEBATE

Para tentar alterar a situação dos serviços de saúde mental no Brasil, os integrantes do Movimento de Luta Antimanicomial defendem a entrada em vigor do projeto de lei sobre o assunto, aprovado em 21 de janeiro no Senado. A proposta original foi apresentada em 1991 na Câmara Federal, pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG), mas acabou sendo alterada no Senado, o que obrigou o retorno do projeto à Câmara.

Apesar das alterações, Teresa Joana Azevedo diz que os defensores da reforma psiquiátrica no país ficaram satisfeitos com o projeto.

"A proposta original defendia de maneira mais clara o que o Movimento de Luta Antimanicomial queria. Mas o substitutivo não feriu o princípio, a linha básica da proposta, e a maioria dos membros decidiu apoiá-lo", diz.

O projeto prevê que a internação "só será indicada quando os recursos extra-hospitala-

res se mostrarem insuficientes". A proposta libera a construção de hospitais psiquiátricos e abertura de leitos apenas "nas regiões onde não exista estrutura assistencial adequada". Essa verificação ficaria a cargo do SUS (Sistema Único de Saúde) e de comissões gestoras.

A norma define que o tratamento deverá ter como "finalidade permanente a reinserção social do paciente".

DEPOIMENTO

FAÇO DE TUDO PARA NÃO INTERNAR MEUS FILHOS

Altair Canela

Com dois filhos com problemas psiquiátricos, a aposentada Altair Magalhães Canela é radicalmente contra a internação de pacientes em manicômios e luta para que outros familiares também mantenham os parentes junto da família. Altair defende o atendimento ambulatorial, que permita ao doente ter contato com a sociedade.

"Faço de tudo para não internar meus filhos. Costumo dizer que não há manicômio bom, seja público ou privado, porque o usuário do serviço de saúde mental fica preso, excluído. Eles não tratam, apenas usam o paciente, que serve como instrumento para que os empresários da loucura recebam verba e enriqueçam", afirma Altair.

Como membro da Associação Cabeça Firme, entidade que atua na luta antimanicomial e cuja diretoria é formada por ex-internos, Altair Magalhães Canela faz visitas periódicas a centros de atendimento a usuários de serviços de saúde mental. O objetivo é conscientizar familiares da necessidade de não internar e abandonar seus parentes.

"Os familiares também podem contribuir para mudar a atual situação. É preciso ter muita paciência, muito amor para lidar com um problema desse tipo. Perceber que o parente está sofrendo, que não tem determinadas atitudes porque quer", afirma.

A dona de casa convive com dois filhos usuários de serviços de saúde mental. A mais velha, formada em Psicologia, começou a revelar os problemas aos 24 anos, quando fazia um curso no Hospital Naval Marcílio Dias, no bairro do Lins (zona norte do Rio). Atualmente, está com 40 anos e costuma rejeitar o tratamento. "É muito rebelde", define a mãe.

Já o filho mais novo, atualmente com 34 anos, sofreu um processo gradativo de degeneração a partir da adolescência, quando, com 15 anos, começou a se ausentar das aulas. Mesmo assim, conseguiu ingressar na universidade, mas teve que abandonar o curso de Engenharia Elétrica. "Ele é mais dependente, aceita mais o tratamento. Mas está em um quadro catatônico, precisando que alguém lhe mande beber água, tomar banho", comenta a mãe.

Lidando com o problema dentro de casa, Altair Canela defende a criação de Hospitais-dia, Cen-

tros e Núcleos de Atendimento Psicossocial. Outra medida proposta pela dona de casa é que o governo federal faça valer a portaria que criou o Programa de Apoio à Desospitalização. Pela norma, a família que mantiver o paciente em casa receberá um percentual do valor pago pelo Ministério da Saúde aos hospitais conveniados. Altair lembra que para cuidar de um parente com problemas mentais, o familiar pode ficar impedido de trabalhar fora.

A representante dos parentes de pessoas com problemas psiquiátricos lembra que o atendimento ambulatorial, ou mesmo a domicílio, com a visita periódica de profissionais de saúde, é melhor tanto para o governo, que terá uma despesa menor, como para o paciente, "que terá um tratamento menos traumático". A dona de casa propõe também que as emergências psiquiátricas sejam instaladas nos hospitais gerais. "Os normais é que têm de se adaptar aos diferentes e não o contrário", diz.

Altair Canela defende ainda que as escolas de 1º e 2º graus procurem conscientizar os alunos sobre a realidade das pessoas com problemas mentais, evitando um comportamento preconceituoso no futuro.

"Sendo conscientizado, o jovem não virará um adulto discriminador", diz a aposentada, lembrando que o preconceito ajuda a retirar o paciente do contato familiar, levando-o para os manicômios. A aposentada afirma que são comuns os casos de vizinhos que pressionam a família para internar os doentes e exemplos de pessoas que tentam impedir namoros ou casamentos com parentes de portadores de doença mental, temendo o nascimento de crianças com problemas.

Na sua opinião, os médicos também precisam ser preparados para lidar com os pacientes, que exigem um atendimento diferenciado. "O médico deve encarar com seriedade as afirmações do doente e examiná-lo para ver se são ou não verdadeiras. Outro problema é o atendimento odontológico. Os dentistas não estão capacitados a lidar com os doentes. Minha filha, por exemplo, perdeu todos os dentes".

Mesmo atuando na luta antimanicomial, procurando conscientizar outros familiares a não excluírem os parentes da sociedade, Altair Canela levanta dúvidas sobre as possibilidades de mudança real da situação dos doentes mentais no Brasil. "Apesar da aprovação do projeto de lei do deputado Paulo Delgado na Câmara dos Deputados, não vejo um horizonte claro de mudança. O governo não governa para os excluídos. Não há vontade política por parte das autoridades, que querem agradar os empresários. Aos amigos, deixando em segundo plano os pacientes. Afinal, doente mental não financia campanha política. Mas não podemos perder a esperança. Sem esperança, pode-se morrer".



RESOLUÇÃO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DE 16/03/99

O Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, por decisão da 3ª reunião do Conselho Pleno realizado em 10/03/99, vem NOTIFICAR os profissionais abaixo especificados, a comparecerem à sua sede sito à Rua México, 41 – grupo 1203 a 1205 – Centro, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da presente publicação, para pagamento de débito(s) pendente(s), ou apresentação de defesa no mesmo prazo, sob pena da suspensão do exercício profissional, ficando impedido(s) de exercer(em) qualquer função ou atividade atribuída ao assistente social, nos termos que dispõe o artigo 25 e parágrafo único c/c alínea “C” artigo 22 do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, instituído pela Resolução CFESS Nº 273/93 DE 13 MARÇO 93.

ANA CÉLIA D'AVILA DINIZ LAHUD CRESS 7ª Região nº AS08965 • ANA CRISTINA GEBARA BASILIO MACIEL CRESS 7ª Região nº AS8582 • ANA IZABEL DE CARVALHO PELEGRINO CRESS 7ª Região nº AS08737 • ANA MARIA RODRIGUES DOS SANTOS CRESS 7ª Região nº AS09141 • CICALINA FERREIRA DOS SANTOS CRESS 7ª Região nº AS08272 • CLÉCIA VILMA D. VASCONCELOS CRUS SIQUEIRA CRESS 7ª Região nº AS08887 • DENISE DUARTE DE CARVALHO CRESS 7ª Região nº AS08803 • DENISE SOUZA DE MIRANDA CRESS 7ª Região nº AS08949 • EDNA CORREIA DE MATOS CRESS 7ª Região nº AS08764 • EDNA DE ALBUQUERQUE MEDRADO CRESS 7ª Região nº AS08699 • ELIANA CARDOSO CRUZ CRESS 7ª Região nº AS08153 • ELIZABETH CARVALHO DE OLIVEIRA CRESS 7ª Região nº AS08640 • ELIZABETH LAMEIRA SCHMIDT CRESS 7ª Região nº AS09072 • FATIMA LUCIA GOMES DE BARROS CRESS 7ª Região nº AS08431 • FRANCISCA SANTOS DE MELLO CRESS 7ª Região nº AS08730 • IDATIARA DOS SANTOS CRESS 7ª Região nº AS08913 • JUSSARA LUCIA DE MELO NOGUEIRA CRESS 7ª Região nº AS08991 • KARLA DE OLIVEIRA DA COSTA CRESS 7ª Região nº AS08480 • LAURINDA JOANA ANASTÁCIO CRESS 7ª Região nº AS08883 • MAGDA MARIALVA PEREIRA LOPES CRESS 7ª Região nº AS08175 • MARIA ALTAMIRA DOS SANTOS CRESS 7ª Região nº AS08282 • MARIA APARECIDA ALVES SANTOS CRESS 7ª Região nº AS08788 • MARIA APARECIDA DA SILVA PINHEIRO CRESS 7ª Região nº AS08180 • MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA M. RODRIGUES CRESS 7ª Região nº AS08996 • MARIA CELIA BARROS CRESS 7ª Região nº AS08912 • MARIA CREZILDA DANTAS CRESS 7ª Região nº AS09128 • MARIA CRISTINA PISCO ROCHA DA SILVA CRESS 7ª Região nº AS08638 • MARIA DE FÁTIMA FREITAS SANCHEZ CRESS 7ª Região nº AS09116 • MARIA DOLORES LORENZ PERALVA CRESS 7ª Região nº AS08465 • MARIA FRANCISCA ANASTACIO CRESS 7ª Região nº AS08562 • MARIA JOCIRENE DOS REIS LOPES CRESS 7ª Região nº AS09012 • MARIA RITA SIMÕES DE ABREU CARNEIRO CRESS 7ª Região nº AS08765 • MARLISA CARDOSO DE LACERDA CRESS 7ª Região nº AS08952 • MONICA APARECIDA GROSSI CRESS 7ª Região nº AS09422 • NEYDE RIBEIRO DE ALMEIDA CRESS 7ª Região nº AS09077 • NILCEIA DE JESUS SILVA CRESS 7ª Região nº AS08414 • NOEMIA GUERREIRO DA FONSECA CRESS 7ª Região nº AS08534 • RACHEL BARBOSA PIMENTEL CRESS 7ª Região nº AS08896 • REGINA BORGES P. DOS SANTOS CRESS 7ª Região nº AS08504 • REJANE LOPES CAL CRESS 7ª Região nº AS08922 • ROSIMARY PESSANHA DA SILVA ROCHA CRESS 7ª Região nº AS8598 • SELMA AMARANTE NEVES CRESS 7ª Região nº AS08445 • SELMA MONTEIRO VIEIRA CRESS 7ª Região nº AS08787 • SILVIA CRISTINA VASCONCELOS FERREIRA CRESS 7ª Região nº AS09236 • SONIA FERREIRA DE SOUZA CRESS 7ª Região nº AS08149 • SUELY DOS SANTOS DE MAGALHÃES CRESS 7ª Região nº AS08739 • SULAMY TELLES CORREA LOPES CRESS 7ª Região nº AS08650 • TANIA MARIA DA SILVA NUNES CRESS 7ª Região nº AS08524 • VIRGINIA MARIA ROCHA DE MIRANDA CRESS 7ª Região nº AS08370 • ZAIRA VIEIRA DUARTE SILVA CRESS 7ª Região nº AS08225

Mirian de Souza Silva
Presidente – CRESS – 7ª Região

RESOLUÇÃO CRESS - 7ª REGIÃO Nº 087/99 de 16/12/98

O Presidente do Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais; **CONSIDERANDO** o que consta do(s) processo(s) disciplinar(es) nº (s) 115/98; 464/98; 497/98; 557/98; 662/98; 684/98; 795/98; 802/98; 803/98; 806/98; 811/98; 833/98; 866/98; 870/98; 886/98; 887/98; 892/98; 899/98; 919/98; 932/98; 938/98; 940/98; **CONSIDERANDO** o cumprimento de todos os procedimentos formais estabelecidos pela Resolução CFESS nº 354/97 de 15/12/97, e a garantia do exercício do direito de defesa e de recurso; **CONSIDERANDO** que o não pagamento regular das anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social em que o profissional está inscrito, constitui-se **INFRAÇÃO DISCIPLINAR** em conformidade com o estabelecido pela alínea “C” do art. 22 do Código de Ética Profissional do Assistente Social, instituído regularmente pela Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993; **CONSIDERANDO**, finalmente, a decisão dos Conselhos Plenos do CRESS da 7ª Região, em reuniões realizadas em 16/12/98; **RESOLVE**:

Art. 1º - Aplicar, com fundamento no parágrafo único do artigo 25 do Código de Ética Profissional do Assistente Social, a **PENA de SUSPENSÃO** do exercício profissional, aos seguintes assistentes sociais:

CENIRA MARIA DOS SANTOS - CRESS nº AS04993 • DAISY MARIA PETERS D'AIUTO - CRESS nº AS09983 • ELIZABETH FERREIRA DE LIMA - CRESS nº AS08481 • FLAVIA DA SILVA AZEREDO - CRESS nº AS11329 • GENY RODRIGUES ALEXANDRE - CRESS nº AS10366 • JENEYCY LACERDA ALMEIDA DE BRITO - CRESS nº AS08929 • LEILA MAYWORM COSTA - CRESS nº AS08366 • LOURDES MARIA SIQUEIRA BARBOSA - CRESS nº AS09857 • LUCI CORREA LUCENA - CRESS nº AS11844 • MARIA CÉLIA MARQUES DE ARAÚJO - CRESS nº AS09256 • MARIA DA GLÓRIA MONTEIRO CORREA - CRESS nº AS03864 • MARIA LUCIA CARDOSO DE MARINS - CRESS nº AS04671 • MONICA TELLES DE MENEZES PARADA - CRESS nº AS11429 • OLGA CRISTINA RESSE - CRESS nº AS11661 • RILDA LOPES DA SILVA - CRESS nº AS04599 • RONNEY MUNIZ ROSA - CRESS nº AS08459 • SANDRA DE CASSIA PORPHIRIO - CRESS nº AS119830 • SOLANGE DAUD PEREIRA - CRESS nº AS09311 • SONIA MARIA PEREIRA - CRESS nº AS06431 • SUELI BELEM VARELLA - CRESS nº AS04218 • YVONE COSTA DE SOUZA - CRESS nº AS12254

Art. 2º - A pena de suspensão por falta de pagamento das contribuições ou negociação (anuidades), taxas multas devidas ao CRESS da 7ª Região só cessará com a satisfação do débito.

Art. 3º - Decorrido 3 (três) anos de suspensão, sem o pagamento do débito, poderá ser cancelado “ex-officio” a inscrição dos profissionais relacionados no artigo 1º.

Art. 4º - Os profissionais suspensos ficam impedidos de praticar qualquer ato, função ou atividade de atribuição do Assistente Social.

Art. 5º - Serão devidas as anuidades referentes ao período em que os profissionais estiverem suspensos do exercício profissional.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no D.O.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1998.

Mirian de Souza Silva

Presidente do CRESS - 7ª Região

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 26 DE MARÇO DE 1999 E ENCAMINHADO A DÍVIDA ATIVA.

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO CRESS 7ª REGIÃO Nº 084/99 de 10/02/99

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais; **CONSIDERANDO** o que consta do(s) processo(s) disciplinar(es) nº (s) 062/98; 137/98; 283/98; 352/98; 357/98; 376/98; 450/98; 477/98; 511/98; 678/98; 680/98; 699/98; **CONSIDERANDO** que após a aplicação da pena de suspensão do exercício profissional, os assistentes sociais especificados nesta Resolução vieram a quitar ou negociar os débitos perante este Conselho;

Considerando que a pena de suspensão do exercício profissional, por falta de pagamento das contribuições devidas ao CRESS, cessa com a satisfação do débito; **RESOLVE**

Art. 1º - Fica revogada a pena de suspensão aplicada aos seguintes profissionais:

ANA CÉLIA LIMA DE OLIVEIRA - CRESS nº: 03992 • DAISY THEREZINHA DOS SANTOS RIBEIRO - CRESS nº: 09104 • LAURA PEREIRA PINTO GICOVATE - CRESS nº: 06749 • LUCIA MARIA JENDIRÓBA CHAPUIS - CRESS nº: 03372 • MARCIA ROSANE MUNIZ B. DE CARVALHO - CRESS nº: 08274 • MARGARETH MENDES BARROSO - CRESS nº: 05557 • MARIA DA GLÓRIA OLIVEIRA GOLVIM - CRESS nº: 08667 • MARIA DOLORES ROCHA PEREIRA - CRESS nº: 07101 • MARIA LUCIA DA SILVA AGUIAR - CRESS nº: 11636 • NAZARETH CRISTINA MAYA FERREIRA - CRESS nº: 06806 • PATRÍCIA SIMONE XAVIER DE ARAÚJO - CRESS nº: 11643 • SANDRA REGINA SANTIAGO BRASIL - CRESS nº: 11752

Art. 2º - Os profissionais especificados no artigo 1º da presente Resolução estão, a partir da assinatura desta, autorizados a exercer a profissão de assistente social.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1999.

Mirian de Souza Silva
Presidente do CRESS da 7ª Região

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 12.02.99

RESOLUÇÃO CRESS 7ª REGIÃO Nº 086 /99 de 10/03/99

A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais; **CONSIDERANDO** o que consta do(s) processo(s) disciplinar(es) nº (s) 041/98; 114/98; 311/98; 337/98; 377/98; 421/98; 438/98; 461/98; 480/98; 548/98; 653/98; 703/98; 706/98; 721/98; **CONSIDERANDO** que após a aplicação da pena de suspensão do exercício profissional, os assistentes sociais especificados nesta Resolução vieram a quitar ou negociar os débitos perante este Conselho; **CONSIDERANDO** que a pena de suspensão do exercício profissional, por falta de pagamento das contribuições devidas ao CRESS, cessa com a satisfação do débito; **RESOLVE**:

Art. 1º - Fica revogada a pena de suspensão aplicada aos seguintes profissionais:

ALCIDES SILVA - CRESS nº: 11774 • ALCIDÉA DE OLIVEIRA S. E SOUZA - CRESS nº: 11546 • CÉLIA LOPES ZOUVI - CRESS nº: 08417 • CLAUDIA CRISTINA F. DE SOUZA - CRESS nº: 11278 • DÉBORA SILVA DE OLIVEIRA - CRESS nº: 07826 • ELIZABETH BEZERRA DE OLIVEIRA - CRESS nº: 03130 • MARCIA CRISTINA ROLLO DE FREITA DE AZEVEDO - CRESS nº: 11893 • MARIA JOSÉ DA SILVA SANTOS - CRESS nº: 07111 • MARISA PINHEIRO HENRIQUES - CRESS nº: 06043 • MERCIA MACIEL - CRESS nº: 11786 • NERÉIA TEIXEIRA D'ÁGUILA - CRESS nº: 08694 • SELMA CAMPOS DE SOUZA PINHEIRO - CRESS nº: 09599 • SILVANA MARA CUNHA DE ALMEIDA - CRESS nº: 08108 • VILMA BRAZ DA SILVA - CRESS nº: 03852

Art. 2º - Os profissionais especificados no artigo 1º da presente Resolução estão, a partir da assinatura desta, autorizados a exercer a profissão de assistente social.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1999.

Mirian de Souza Silva
Presidente do CRESS da 7ª Região

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DE 16/03/99

PRAXIS

Informativo do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/ 7ª Região
Edição de Maio de 1999

Rua México, 41 - 12º andar/ Gr. 1203 a 1205.
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144
Telefax: (021) 240-1727/240-3627

DIRETORIA

Mirian de Souza Silva - Presidente
Maria Helena de S. Tavares - Vice-Presidente

Marise Elizardo Neves - 1ª Secretária
Claudia Canto Silva - 2ª Secretária
Dora Batista Vieira - 1ª Tesoureira
Marta de O. Vasconcelos - 2ª Tesoureira

CONSELHO FISCAL

Rosely Reis Lorenzato, Heloisa Helena M. Maciel, Valéria Lucília Forti.

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Mirian de Souza Silva, Rosely Reis Lorenzato

EDITORIA

SCRIPTÓRIO COMUNICAÇÃO
Tel: (021) 852-6858

Cláudia Costa - MTB 16565 - RJ
Karla Mourão - MTB 16349 - RJ

Projeto gráfico e DTP - Ingrid Klein

Fotografia - Dilmir Cavalher

Ilustração - Carlos D.

Colaborador - Marcelo Monteiro